



INFÂNCIA E JUVENTUDES: INDICADORES TERRITORIAIS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE

Carolina Mesquita Clasen

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
carolinaclasen@usp.br

Jorge Bassani

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil
jbassani@usp.br

Resumo: O texto apresenta reflexões acerca da inserção das crianças nos territórios. Para isso, relatamos ações de mapeamento realizadas em três diferentes projetos na cidade de São Paulo, junto ao Grupo de Estudos e Mapeografias Urbanas (GeMAP-FAU-USP), propondo uma abordagem pelo viés da infância e da juventude na base para a elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: processos de mapeamento coletivo; cartografia coletiva; mapeografias; crianças e cidade; políticas públicas para a infância

1. Introdução

Como ponto de partida para refletir acerca das três experiências que serão relatadas com as infâncias e juventudes, apresentamos inicialmente o Grupo de Estudos e Mapeografias Urbanas (GeMAP-FAU-USP) responsável pela formulação dos enunciados junto aos grupos sociais citados, pela articulação com os territórios e pelo comprometimento com a difusão dos debates coletivos sobre os processos de mapeamento experienciados no âmbito do conhecimento científico. O grupo tem sua criação vinculada ao Núcleo 8 da RED_PUC, Rede Internacional Problemáticas Urbanas Contemporâneas. Assim, o grupo está debruçado nas problemáticas urbanas buscando reflexões por meio da produção de mapas. No ano de 2013 junto aos estudantes da Escola Estadual São Paulo, localizada no centro da capital paulista junto ao Parque Dom Pedro II.





Workshop Internacional

SUSTENTARE & WIPIS 2024

Sustentabilidade, Indicadores
e Gestão de Recursos Hídricos

www.sustentarewipis.com.br

18 a 22
de novembro

Transmissão online • Evento gratuito

Realização



Apoio Institucional



Deste modo, os estudos do grupo perseguem a complexidade urbana acompanhando trajetórias territoriais e na reflexão aqui proposta, serão expostas experiências com as crianças e juventudes a fim de propor este grupo social como indicador territorial fundamental na construção de políticas públicas sustentáveis. Para dar aos relatos, a imagem ao lado abre uma janela de reflexão diante da inserção incisiva das crianças na paisagem. Com a visão voltada para a Represa Billings, o barco que margeia a água nos sugere uma navegação. Neste território, é possível pensar na represa como lugar de lazer por intermédio do trabalho histórico na região. Além das duas personagens da Figura 3, que nos leva para navegar é o Projeto Navegando

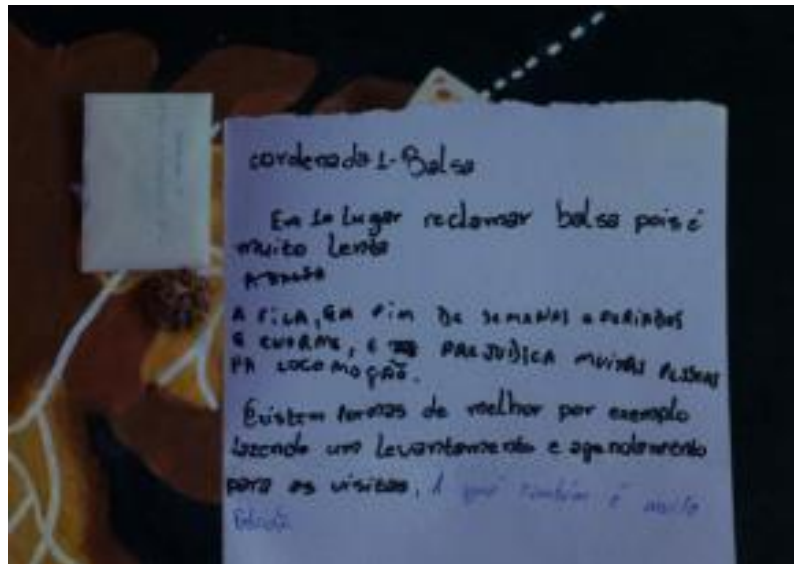
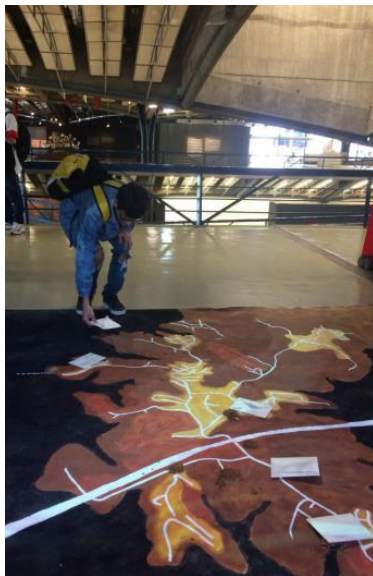
nas Artes, que junto com a Associação I Margem possui uma programação permeante na formação das crianças e jovens do território. Junto destas ações, seguimos explorando os caminhos para compreender o cotidiano que não é adultocêntrico. Com o intuito de apresentar um contraponto e reintroduzir a dimensão qualitativa dos dados urbanos, como nas histórias de navegação, as disposições metodológicas e experiências realizadas em conjunto com o Grupo de Estudos e Mapografias Urbanas justificam o levantamento de procedimentos ancorados na produção colaborativa de mapas, no envolvimento territorial e na atualização dos códigos de representação dos grupos sociais presentes no território mapeado cuja habilidade reconstrói o cuidado com o meio ambiente e a relação direta com as noções de pertencimento.

Nesse sentido, são consideradas as reflexões metodológicas sobre os procedimentos de mapeamento e é proposto um ensaio retrospectivo em relação ao recorte populacional em questão. Esse enfoque visa compreender a inserção desse grupo em relação às três ações mencionadas. A contextualização dos estudos mapográficos fornecida, cria uma base para a discussão que visa gerar inspirações úteis na compreensão da produção de políticas públicas, particularmente aquelas que ainda estão fundamentadas na invisibilidade das crianças e aqui são escutadas e abordadas. Na Figura 4, a primeira ação que será relatada apresenta jovens da Ilha do Bororé, na Zona Sul de São Paulo, carregando mapa produzido por eles. Quando da manufatura do mapa, aprendemos como o artista Wéllington Neri a produzir pigmento com terra da Ilha.





Os jovens que fizeram parte das experiências, foram convidados pelo reconhecimento da importância na colaboração que tiveram durante a implementação no Núcleo de Arte Educação Ambiental (NAEA) que estava com programações na EE Adrião Bernardes na época. O convite para a construção do mapa no contexto do espaço expositivo do Centro Cultural São Paulo, oportunizou a ação como um processo de reconhecimento das ações ambientais na Ilha do Bororé e a necessidade de uma retomada do território por parte das juventudes, diante da sua degradação. Na ocasião, os estudantes foram convidados a enviarem “Cartas às Coordenadas”, como forma de comunicar com os lugares que eram importantes para a comunidade local. As narrativas das cartas traziam memórias de infância, relações de afeto e reivindicação de cuidado com os locais citados. Neste sentido, enfatizamos a necessidade de escutar e dar a ver as inquietudes das infâncias e juventudes como forma de ampliar suas vozes e aprender com elas.



A infância não é apenas uma fase cronológica da vida; aqui, ela é concebida como uma possibilidade constante na experiência humana, desvinculada estritamente da idade. A compreensão da infância está atrelada à sua etimologia, que sugere uma falta de expressão verbal e por isso tantas vezes invisibilizada pela gestão pública. Nesse contexto, surge a oportunidade de reformular essa perspectiva e associar à criança e ao jovem qualidades que amplificam sua capacidade de questionamento. É imperativo destacar a relação inquisitiva que a infância mantém com o mundo contemporâneo, tratando-a como um exercício metodológico: olhar para as crianças como elas olham para o mundo. Priorizar a ênfase nessa interação questionadora é crucial, promovendo um tempo próprio e a expansão dos questionamentos como base das práticas fundamentais para o mapeamento de dados dos territórios.

Desde o princípio desta reflexão, a infância e a juventude aparece como conduta voltada para o horizonte, como centralidade da experiência e coragem para criar, traçando um paralelo pela sua invisibilidade na construção da cidade e a capacidade narrativa de atentar para o vivido de forma potente, conduzindo os processos de mapeamento possibilitando uma maneira de perceber que dedica atenção ao entorno como estratégia fundamental para sua experiência no mundo. Assim, a infância e a juventude despontam como aquilo que podemos viver.



2 Fundamentação teórica

Em diversas inserções territoriais, é percebido como a descrição dos lugares apresenta as infâncias e juventudes como dado secundário, nos processos de mapeamento coletivo é crucial trazer para o centro esta experiência invisível. Como quando entendemos que “os fenômenos da organização social são como que uma imitação da organização vital, no sentido em que Aristóteles diz que a arte imita a natureza. Imitar, no caso, não é copiar, e sim procurar reencontrar o sentido de uma produção” (Canguilhem 2002, apud Safatle, 2019) e, neste caso, restituir às infâncias a territorialidade da rua, da vida urbana e do poder da política pública no cotidiano. Quando propomos políticas públicas fundadas no olhar das infâncias e juventudes, é um exercício e uma tática narrativa para lembrar continuamente que são estes grupos que devem aprender a cuidar e a viver em um mundo no tempo das catástrofes (STENGERS, 2015).

O debate por parte dos dados quantitativos endossa políticas de sustentabilidade, greenwashing e detrimento da pluralidade das infâncias e sua capacidade imaginante para criar soluções adequadas para o mundo contemporâneo. Examinar as políticas públicas como parte da composição desta história da infância implicada pela disciplina, permite uma perda na sua vivência cotidiana que tem capacidade de ser criadora de novas relações com o espaço, e em função de uma análise arbitrária adultocêntrica. Diante dessa abordagem a emergência da infância como uma busca por uma expressão compartilhada é impulsionada pela geração de indícios, com o intuito de influenciar as discussões nos espaços públicos. Guiados pela experiência territorial, imergimos no mundo junto a elas, explorando a cidade por meio dos territórios físicos e existenciais, conforme destacado por Beatriz Nascimento. Outra perspectiva envolve a inserção na cidade através da vida pública que molda sua ilatência (Agamben, grifo do autor, 2005). Em resumo, é apropriar-se do território por meio da experiência do ser falante, balbuciante, e em discursos não verbais e estritamente gestuais, expressos antes do julgamento da linguagem. Desse modo, o espaço público incorpora e sua construção a vida humana como uma ética, permitindo-nos buscar a expressão adequada para “uma pólis e uma óikos que estejam à altura desta comunidade vazia e inapreensível, que é a tarefa infantil da humanidade que está por vir” (Agamben, 2005, p. 17).





O que fica exposto na Figura anterior, do grupo de crianças e jovens sobre o mapa do Bairro do Bom Retiro, na Exposição Retiros é a investigação dos suportes, fontes, registros e gestos iniciais que podem ampliar o campo de atuação deste grupo etário. Considerar as infâncias em sua linguagem e através dela gera questionamentos sobre nossos processos de concepção do espaço, desde sua criação até seu uso. Dessa forma, as narrativas das infâncias pronunciam a vida pública, visando contribuir para a revisão e atualização das representações e abordagens históricas hegemônicas na relação entre a fonte, seu contexto e os índices que ela pode indicar. A reflexão busca continuamente quantificar e qualificar as territorialidades criadas por elas, revelando sua habilidade de articular diversos contextos da sociedade. Este enfoque ressoa tanto com a obra de Philippe Ariès (2023) quanto com a trajetória freireana, destacando que a infância não é apenas um campo aberto para denúncia de um modo de vida, mas também de anunciar a estrutura humanizante.

Com o objetivo de revisitar os principais marcos legais relacionados a esse campo social, o mapeamento das relações territoriais das crianças se destaca pela criação de um espaço que se organiza presumindo a presença de pessoas à sua margem. Nesse contexto, ao examinar as políticas públicas da cidade de São Paulo colabora para a construção de um cenário pano de fundo com situações multidisciplinares, grupos populacionais, comunidades e paisagens a fim de criar metodologias de mapeamento e escuta para compartilhar intersetorialmente na gestão pública.

3. Metodologia

Como fazer e emergir conscientemente e prefigurar a relação entre infância e território? Transformar isso em uma representação, um ato de comunicação com o outro, de modo que essa troca se torne um mapa coletivo, assim como aconteceu na Exposição Retiros (2023). Nessa exposição, foram criados suportes para a experiência estética territorializada, tanto no Bairro do Bom Retiro, representado e obras expostas no centro do espaço expográfico, quanto singularizado em relação à violência urbana e ao sentimento de comum, de vizinhança, de bairro, de territórios de coexistência – conforme experimentado em um ato performático proposto pelo artista Marcelo Carnevale. A dificuldade reside na delimitação do mapa, que não é discursiva, ou seja, não está fundamentada em sistemas de oposições distintas que seguem sequências lineares de inteligibilidade ou capitalizadas em memórias informáticas compatíveis entre si. As diversas experimentações mapográficas destacam a possibilidade de transpor os limites da expressão, da escuta à produção de políticas públicas. Como os processos participativos trabalham diferentes linguagens? A mapografia permite pensar não apenas no produto apropriado pelos sujeitos reterritorializados ao carregar o mapa de volta ao seu território, mas também na produção na precariedade e nas variações próprias da expressão. O esboço de diagramas surge da necessidade de articular as diferentes etapas da mapografia, considerando os afetos

Aproximar, acolher, escutar, riscar, dialogar; tantos verbos que foram aparecendo na intenção de narrar o território mais aproximada da multiplicidade da sua condição, enquanto os dados, além de possuírem uma leitura reduzida, sequer tinham o objetivo de atravessar tal



encruzilhada metodológica. Neste estágio da produção de mapa, torna-se essencial narrar não apenas os procedimentos, mas as histórias de vida invisíveis aos olhos do Estado. Se a portabilidade das expressões do mapa é importante como momento de irreversibilidade nesse processo de consciência política que o processo mapográfico é capaz de instaurar, denunciar por meio de gráficos nas calçadas é mais fiel ao caso aqui tratado. Ou ainda, perceber a partir disso que “falar é inventar a língua da travessia, projetar a voz numa viagem” (Preciado, 2020, p. 25). Posto isso, fica latente a falta de interesse em “traduzir nossa diferença para a linguagem da norma, enquanto continuamos a praticar em segredo um blábláblá insólito que a lei não entende” (Preciado, 2020, p. 25).

Para estabelecer o caminho que vai dos mapas de deslocamento, ou ainda, dos fios de vida e documentos de noticiários à cena urbana, na construção do que se pretende como apontamento de um espaço público comum a história é arranjada com fragmentos antes apagados. Como reflexão acerca dos processos historiográficos, os elementos gestuais trazidos como fonte constituem o cenário a partir não do real, mas da invenção de uma possibilidade. É fundamental o manejo crítico dos dados e articulações enunciadas por meio da bibliografia tanto das temáticas da infância quanto de uma produção dos documentos acerca de sua relação com a rua. Sabendo a condição histórica da infância, estabeleço o jogo que se realiza no antagonismo reforçado entre o que podemos imaginar e a cidade como ela é. Ou seja, não mais o que legislamos ou experimentamos para e com a vida urbana, mas o que está antes da formulação das leis, da experiência e da produção de uma vida. Como são construídas as imagens para que daí sejam engendradas políticas, organizações e modos de vida? A partir dos desenhos iniciais do mapa movente, foram pesquisados dados biográficos complementares para a composição de esboços diagramáticos, a fim de transformar os diálogos e histórias de vida. Não se trata de uma abordagem e aplicação de questionário, mas de buscar apreender suas subjetividades e colocá-las em movimento no mapa. Encontrar o problema nessas vozes e não nos diagnósticos sociais que os enquadram como irregulares, desobedientes, “de menores”. Parece que a tarefa mapográfica é redescobrir suas inquietações e desejos antes de qualquer procedimento.

4 Resultados

A dificuldade reside na delimitação do mapa, que não é discursiva, ou seja, não está fundamentada em sistemas de oposições distintivas que seguem sequências lineares de inteligibilidade ou capitalizadas em memórias informáticas compatíveis entre si. As diversas experimentações mapográficas destacam a possibilidade de transpor os limites da expressão, da escuta à produção de políticas públicas. Como os processos participativos trabalham em diferentes linguagens? A mapografia permite pensar não apenas no produto apropriado pelos sujeitos reterritorializados ao carregar o mapa de volta ao seu território, mas também na produção na precariedade e nas variações próprias da expressão. O esboço de diagramas surge da necessidade de articular as diferentes etapas da mapografia, considerando os afetos e circuitos de interação produzidos durante a elaboração do mapa, relacionados a categorias diversas – extensivas, intensivas, intencionais, correspondentes, existenciais. A leitura das territorialidades com ênfase nas marcas, nas permanências mapográficas, destaca como a apropriação da experiência do território gera diferentes intensidades (escalas), retornando aos paradigmas ético-estéticos e possibilitando um diálogo com a duração definida por Henri Bergson. Isso abre a possibilidade de produzir cartografias com elementos heterogêneos, partindo da diferença e em direção à diferenciação do território, com “os diversos componentes



de subjetivação e em sua heterogeneidade aterrada.” Fora me identificados vinte tipos de escalas que servem como referência no pensamento arquitetônico: escalas técnicas, funcionais, simbólicas formais, simbólicas dimensionais de modelo, semânticas, socioculturais, de vizinhança, de visibilidade, óticas, parcelárias, geográficas, de extensão, cartográficas, de representação, geométricas, dos níveis de concepção, humanas, globais e econômicas. Embora outras classificações e agrupamentos possam ser propostos, o ponto crucial é a apreciação da diversidade de perspectivas. (Grard, 1986) A singularização dos sujeitos e a cristalização do processo mapográfico oferece ao território a retomada do fato, da ocasião histórica, como percebido nos processos de singularização de Karol, integrante de procedimentos mapográficos e atualmente comunicadora de narrativas ecoativistas na Ilha do Bororé. O território mapografado não pressupõe uma disputa discursiva no âmbito institucional, embora muitas vezes acabe reverberando nessa esfera. O que fica exposto na heterogênese é um novo risco no chão, uma possibilidade de começar a partir dessa experiência por meio da ruptura irreversível da marca incorporal no processo de subjetivação coletiva. A heterogênese pressupõe a singularização e a irreversibilidade, como forma de perceber o traçado do Real no território físico a partir do existencial. Se produzirmos o diagrama da heterogênese em relação ao território do centro de São Paulo, ele produzirá uma cartografia que narra que me é essa criança que chega às marquises?

Ao nos debruçarmos sobre os dados levantados das ações e adentrarmos às categorias extensivas e intensivas, podemos reconfigurar a trajetória desse ponto correspondente ao ponto de distribuição territorial que aparece nos mapas produzidos? A questão que retorna no movimento dialético de pensar o território mapográfico e com ele se dá na portabilidade do mapa, uma atenção trazida por um integrante do grupo de Mapografias que transponho para a minha investigação. Busco confrontar os dados quantitativos com a vida nas ruas, enfatizando sua inelegibilidade para os territorializados. A observação dos deslocamentos dessas crianças pela cidade torna visível o compromisso como o outro, uma afirmação de sua presença. Parece que a relação com o território que frequenta é fundamental para a constituição de si, e essa característica é crucial para ser expressa, representada e lida no mapa. Resgatar esses fios na tessitura da cidade desafia o reconhecimento de uma história do espaço público contada e escrita nele mesmo, sobretudo, passível de ser lida na rua, com a rua, pela rua. O intento com isso está em incorporar a essa história elementos narrativos em circunstâncias contra-hegemônicas, possibilitando que crianças e juventudes estejam envolvidas no debate, explicitando aspectos de vida que demonstram materialmente as condicionantes de vulnerabilidades que a cidade produz. É o que foi trazido em encontro do GeMap, quando debatíamos sugestão de leitura aprofundada da obra de Dionne Brand, «A map to the door of no return: notes to belonging» (2001). A leitura oferece discussão sobre a linguagem e suas nuances, as traduções e os sistemas de representação, pautando a necessidade de compactuar a estrutura do mapa. O cuidado com a experiência mapográfica reterritorializada aparece para o grupo como um exercício em desenvolver a capacidade de performar diferentes personagens segundo as situações, é um exercício do cinema inverso, como trouxe um integrante do grupo. «Menos que me é, mas o que aquele pensamento situa o contexto para não cair no perigo de construir uma narrativa biográfica forjada. Não devemos fazer a caricatura, pois isso é o contrário do mapa [da mapografia]



5. Conclusões

Em consequência disso, é importante trazer atenção à formulação de políticas públicas deve levar em consideração as motivações das infâncias e juventudes na elaboração de suas estratégias de intervenção no mapa. O debate por parte dos dados quantitativos endossa políticas de ressocialização em detrimento da pluralidade das infâncias e sua capacidade imaginante; esses resultados são percebidos na produção do espaço atualmente. Examinar as políticas públicas como parte da composição desta história da infância implicada pela disciplina, permite uma perda na sua vivência cotidiana que tem capacidade de ser criadora de novas relações com o espaço, em função de uma análise arbitrária adultocêntrica. Diante dessa abordagem mapeográfica, a emergência da infância como uma busca por uma expressão compartilhada é impulsionada pela geração de indícios, com o intuito de influenciar as discussões nos espaços públicos. Guiados pela experiência territorial, imergimos no mundo junto a elas, explorando a cidade por meio dos territórios físicos e existenciais, conforme destacado por Beatriz Nascimento. Outra perspectiva envolve a inserção na cidade através da vida pública que molda sua ilatência (Agamben, grifo do autor, 2005). Em resumo, é apropriar-se do território por meio da experiência do ser falante, balbuciante, e em discursos não verbais e estritamente gestuais, expressos antes do julgamento da linguagem. Desse modo, o espaço público incorpora em sua construção a vida humana como uma ética, permitindo-nos buscar a expressão adequada para “uma pólis e um óikos que estejam à altura desta comunidade vazia e inapreensível, que é a tarefa infantil da humanidade que está por vir” (Agamben, 2005, p. 17). O que fica exposto é a investigação dos suportes, fontes, registros e gestos iniciais que podem ampliar o campo de análise. Considerar as infâncias em sua linguagem e através dela gera questionamentos sobre nossos processos de concepção do espaço, desde sua criação até seu uso.

Dessa forma, as narrativas das infâncias pronunciavam a vida pública, visando contribuir para a revisão e atualização das representações e abordagens históricas hegemônicas na relação entre o território, a elaboração da política pública o cuidado permanente com o território que a comunidade está inserida.

6. Agradecimentos

Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo financiamento que apoiou a realização deste trabalho e seus desdobramentos.

7. Referências bibliográficas

PESSOA COLOMBO V., BASSANI, J., TORRICELLI, G-P., & de ARAÚJO S. A. (Orgs.). **Mapeamento participativo: tecnologia e cidadania**. Primeira edição, 2019 - versão digital.

BASSANI, J.; MASSI METTI, E. T.; RODRIGUES, M. F. S. **Extensão universitária na Ilha do Bororé: O território como instrumento pedagógico**. In: XVII Encontro Nacional da Anpur, 2019, Natal. XVII ENANPUR, 2019.



MASSI METTI, F. T.; BASSANI, J.; RODRIGUES, M. F. S. **Cultura e Identidade: a ressignificação do território da Ilha do Bororé.** In: 3º Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018, Salvador. 3º Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018

BASSANI, J. ; MASSI METTI, F. T. ; RODRIGUES, M. F. S. **Mapear o território? Prática e crítica.** In: XV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Urbanismo y Planificación, 2018, Santiago. XV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Urbanismo y Planificación, 2018.

MASSI METTI, F. T. ; RODRIGUES, M. F. S.; BASSANI, J. **Contracartografia do Grajaú: repensando o território a partir das vivências.** In: 2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico: Urbanismo Neoliberal e Resistências Biopoderes, 2018, Belo Horizonte. 2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico: Urbanismo Neoliberal e Resistências Biopoderes, 2018.